

ILMO. SR. PREGOEIRO DA Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

VERTICAL TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: **19.205.451/0001-93**, com sede na **RUA CAMBOIM, Nº704, BOA VIAGEM, RECIFE – PERNAMBUCO, CEP: 51.130-110**, ora representada por sua sócia diretora **MONICA MOREIRA GUERRA**, nacionalidade Brasileira, nascida em **19/04/1975**, Solteira, Empresária, CPF nº **008.123.064-81**, Carteira de Identidade nº **4.930.392**, órgão expedidor SDS/PE, domiciliada no Estado de Pernambuco, vem interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da classificação do licitante **A G C PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no **CNPJ Nº 14.116.631/0001-85**, o que faz pelas razões que passa a expor:

Venho, por meio deste recurso administrativo, interpor manifestação contestatória em relação à decisão proferida no âmbito do processo eletrônico Nº 90002/2024, no qual a empresa licitante **A G C PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **14.116.631/0001-85**, foi aceita e habilitada, referente O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de **RECEPÇÃO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1- Da Tempestividade:

O presente recurso administrativo é interposto tempestivamente, conforme dispõem os termos estabelecidos no edital do certame.

2- Breve Síntese dos Fatos:

Após análise minuciosa da documentação apresentada pela empresa vencedora, constatamos uma irregularidade de natureza técnica e financeira na planilha de custos e formação de preços, que suscita questionamentos quanto à regularidade do procedimento licitatório e à integridade da concorrência.

A falha em destaque consiste na inadequada avaliação dos custos associados à execução do serviço licitado, especialmente no que tange encargos sociais que são essenciais para garantir os direitos dos trabalhadores que irão ser alocados nos contratos, além da saúde do contrato que será firmado. A condição de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, não se fundamenta apenas no menor preço, mas na

proposta que melhor cumpra com os requisitos do Edital, e das Leis, bem como o fiel cumprimento das obrigações do contrato. É cediço, portanto, que o preenchimento da planilha deve refletir o efetivo encargo financeiro que decorre dos componentes que oneram a execução do serviço, de modo a tornar factível a análise de aceitabilidade/exequibilidade da proposta pelo pregoeiro. São perceptíveis as diferenças sobre os encargos e sobre as provisões. Por tal motivo, identifica-se que exigências evidenciadas no item 4. Planilhas_de_Custos_e_Form._de_Preços_em_PDF, que é parte integrante do processo não estão sendo seguidas. Sendo assim, concluímos que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório não tem sido observado. O referido princípio concede privilégio à transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios de igualdade, impessoalidade, competitividade e preceitua que o julgamento das propostas deva ser o melhor possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Além disso, conta-se com a necessidade de perpetuação de tal vinculação durante toda a execução do contrato. No caso do órgão dar seguimento sem atentar às exigências do edital, estariam agindo em detrimento aos participantes que possivelmente tomaram as devidas atenções ao instrumento convocatório. Trazendo sentido ao argumento, expomos a manifestação da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União – TCU no Acórdão 0460/2013 – Relator: Ministra Ana Arraes, verbis:

"[...] é obrigatória, em observância ao princípio da vinculação ao edital, a verificação de compatibilidade entre as regras editalícias e as propostas de licitantes. Propostas em desacordo com o instrumento convocatório devem ser desclassificadas". (g.n)

Portanto, a Administração deve respeitar aquilo que foi estabelecido pelo edital, não podendo esquivar-se das regras preliminarmente estabelecidas. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não é mera conveniência ou simples prerrogativa legal que pode ser facialmente descartada. O próprio instrumento convocatório torna-se lei no certame, ao qual regularmente, é impossibilitado que as cláusulas sejam descumpridas por qualquer uma das partes, quer seja a Administração, quer sejam as empresas participantes. Mais ainda sobre isso, Carlos Ari Sundfeld, já teve a oportunidade de afirmar:

O ato convocatório é a matriz do certame e das relações dele decorrente, funcionando como a lei interna da licitação e do contrato. E assim é porque a Administração não pode, no curso do procedimento, descumprir suas normas e condições, às quais se vincula estritamente (art. 41, caput), donde indicar-se, como essencial às

licitações, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º caput). (g.n)

Tal princípio tem como finalidade principal evitar que administradores realizem análise de documentos de habilitação de forma arbitrariamente subjetiva, o que pode viabilizar o direcionamento da propositura da contratação, em total contrariedade com o princípio da isonomia entre os licitantes e demais princípios da administração pública como moralidade, impessoalidade e afronta ao interesse público. Assim, estamos diante de um caso de motivação do ato administrativo em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 31 da Lei 13.303/2016, que torna o certame munido de regras claras e objetivas. Considerando, que o cumprimento integral do instrumento convocatório é requisito essencial para a habilitação e classificação das propostas, assegurando a igualdade de condições entre os concorrentes.

O item 4. Planilhas de Custos e Form. de Preços em PDF trás no seu Módulo 4.1 os seguintes requisitos:

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (20,9589 dias ou 5,82%)	202,02
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (1 dia ou 0,28%)	9,64
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (0,1997 dia ou 0,06%)	1,92
D	Substituto na cobertura de Ausências por acidente de trabalho (0,9659 dia ou 0,27%)	9,31
E	Substituto na cobertura de Licença-Maternidade (2,4753 dia ou 0,69%)	23,86
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) Outros (Reciclagem, Doença, Consulta, Óbitos em família, Casamento, Doação de Sangue, Testemunho, Pré-natal) (3,874 dias ou 1,08%)	37,34
Total (29,4737 dias ou 8,20%)		284,10

Para os cargos de Recepcionista em Maceió, onde a empresa declarada aceita e habilitada se utilizou de valores completamente diferentes, o anexo é claro que se deve utilizar ou o total de dias ou a porcentagem estabelecida, adiante vamos mostrar os valores que foram cotados de forma diferente do estabelecido no Anexo 4 do Edital:

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,9300%
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,2778%
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,0400%
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,2700%
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,0300%
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
Total		1,5478%
Total		26,79

Todos os Itens do A ao F estão divergentes dos requisitos do Anexo 4 do edital. Deixando claro que todas as planilhas tanto em Maceió sem insalubridade, Arapiraca e Maceió com insalubridade estão cotados de forma divergentes, estamos falando de um total de 15 recepcionista, onde futuramente poderá acarretar diversos problemas nas substituições de férias e outras que possam surgir, claramente inexecuível. Na planilha de custo da empresa que foi aceita a proposta e habilitada, não provisionam esses custos que são obrigatórios e que impactam diretamente, tornando assim a proposta apresentada pela empresa vencedora inexecuível não abrindo margem para interpretação. Conforme preceitua a legislação pertinente, notadamente a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21), em seu artigo 11, é dever dos licitantes observarem estritamente as condições estabelecidas no edital e seus anexos, não sendo admitidas propostas que apresentem preços manifestamente inexecuíveis ou vantajosos demais em relação aos praticados no mercado.

3- Do Pedido:

Diante do exposto, requer-se à Comissão de Licitação que proceda à análise técnica e jurídica do presente recurso, considerando, que o cumprimento integral do instrumento convocatório é requisito essencial para a habilitação e classificação das propostas, assegurando a igualdade de condições entre os concorrentes adote as medidas necessárias para a regularização da situação, assegurando a correção da irregularidade identificada e o pleno cumprimento das disposições legais e editalícias aplicáveis.

Desde já, agradeço pela atenção dispensada à presente manifestação e aguardo ansiosamente pela apreciação do caso em tela.

Recife, 24 de julho de 2024

Diretora

MÔNICA MOREIRA GUERRA

VERTICAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA